

Juiz adverte que Provão foi anulado em todo país

O GLOBO

10 JUN 1998

Em dia de protesto, estudantes e servidores federais invadem sede do Ministério da Educação no Rio

Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA, RIO e BELO HORIZONTE. O Provão realizado no último domingo por 127.192 estudantes universitários de todo o país não está valendo. Num segundo despacho assinado ainda no domingo, ao saber que o Ministério da Educação (MEC) decidira manter o exame em todos os municípios, com exceção de Belo Horizonte, o juiz Weliton Militão dos Santos, da 12ª Vara da Justiça Federal de Minas, deixou claro que o exame estava sendo cancelado em todo o país. Para evitar dúvidas, esclareceu: "Ficam prejudicadas todas e quaisquer provas que porventura vierem a ser realizadas, em quaisquer municípios, sob as penas da lei".

Esse segundo despacho do juiz, que só ontem chegou aos advogados da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao procurador-geral da União, Walter Barletta, caiu como uma bomba no MEC. Desde domingo, o MEC tinha a certeza de que o exame era válido, argumentando que nenhum de seus dirigentes recebera intimação de oficial de Justiça e, por isso, mantivera o exame.

Juiz garante que coordenador do MEC conhecia sua liminar

Nesse segundo despacho, o juiz diz que o coordenador nacional do Provão, Tancredo Maia Filho foi intimado por fax, remetido a ele no domingo pela diretoria da 12ª Vara Federal (BH), e ainda adverte que o descumprimento de ordem judicial é crime de prevaricação e desobediência. O juiz afirma que houve quebra da responsabilidade civil "decorrente do propositual descumprimento da ordem judicial de cancelar o concurso em todo o país".

A presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, ao saber do despacho, se reuniu no início de noite, a por-



APÓS FURAR O BLOQUEIO de seguranças e PMs, 200 manifestantes ocupam sobreloja do Palácio Gustavo Capanema

tas fechadas, com sua diretoria e não quis falar sobre o assunto. O procurador-geral da União só hoje diria que medida tomará para tentar garantir o exame.

De acordo com o Inep, 89,8% dos 141.707 alunos inscritos fizeram o exame. Compareceram 94,1% dos alunos de direito; 99,5% em odontologia; 97,2% em veterinária; 91,5% letras; 89,3% administração; 93,9% engenharia civil; 93,4% engenharia química; 95,7% engenharia elétrica; 92,7% matemática; e 90,2% dos de jornalismo. O MEC não informou se, no caso de o Provão ter sido mesmo cancelado, todos eles terão de fazer novamente a prova para ter seus diplomas registrados.

Ontem, em várias capitais, es-

tudantes universitários e secundaristas fizeram protestos, num ato denominado "Pare o Brasil, para não parar de estudar". Reforçados pelos servidores das universidades federais em greve, eles ocuparam no Rio a sobreloja do Palácio Gustavo Capanema, sede do MEC no estado. Houve tentativa de resistência, por parte de seguranças e soldados da PM, mas os estudantes romperam a barreira com empurrões e subiram aos gritos para o segundo pavimento, onde fica o Centro de Artes Funarte.

Em ato público na Cinelândia, antes da invasão, cerca de 200 estudantes e servidores pediram a demissão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Eles

também reivindicaram o atendimento das reivindicações dos professores universitários e a manutenção do ensino gratuito. O presidente nacional da UNE, Ricardo Cappelli, foi vaiado ao anunciar a batalha judicial travada pela entidade para anular o Provão. A ocupação do prédio, a princípio, seria rápida. Mas em assembleia já na sobreloja do palácio, os estudantes decidiram ficar no local por 24 horas.

O dia também foi movimentado na Delegacia Regional do MEC em Belo Horizonte, com a manifestação de estudantes das universidades federais de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Lavras, Ouro Preto e São João Del Rei. Eles protocolaram uma pauta de reivindicações

que inclui, além do fim do Provão, a devolução das bolsas e verbas cortadas no ano passado.

Um desencontro ocorrido ontem acirrou ainda mais os ânimos dos professores das universidades federais (em greve há 71 dias). A direção da Associação Nacional dos Docentes foi impedida de entrar no prédio do MEC por mais de 40 minutos, à tarde, quando tentava entregar ao ministro Paulo Renato a sua nova proposta de reajuste. Autorizada a entrar, a direção da Andes acabou desistindo de esperar pelo secretário de Educação Superior, Abílio Baeta Neves. A proposta da é de reajuste linear de 20,4% para todos, mais um reajuste diferenciado de acordo com titulação de cada docente e regime de trabalho. O impacto na folha é de R\$ 800 milhões por ano. Na gratificação proposta pelo MEC, é de R\$ 400 milhões. ■

Secretária do MEC diz que Pronera é iniciativa lastimável

Iara Prado afirma que não cabe ao Incra alfabetizar assentados

• BRASÍLIA. A secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação, Iara Prado, abriu uma polêmica dentro do Governo ao criticar com veemência o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado pelo Incra para alfabetizar jovens e adultos assentados em projetos de reforma agrária. Iara disse que considera o Pronera um absurdo porque cabe aos estados e municípios a tarefa de alfabetizar adultos — não apenas os assentados do programa de reforma agrária, mas também os outros analfabetos.

— Acho o Pronera uma coisa lastimável. Está sendo gasto um dinheirão num programa que já faz parte do projeto educacional dos estados. Todo cidadão tem o mesmo direito à educação que qualquer assentado — disse.

As críticas da secretária foram feitas anteontem à noite. Ontem, estava previsto o lançamento oficial do Pronera, no Palácio do Planalto. Mas o presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu assinar apenas o decreto de regulamentação do Banco da Terra. Deixou para anunciar o Pronera em sua viagem a Minaçu, no interior de Goiás, na próxima sexta-feira.

O ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, ficou tão irritado com as críticas que preferiu não responder, sem antes conversar melhor com a secretária de Educação Fundamental. Ele disse estranhar que Iara não tenha feito suas críticas nas reuniões em que o assunto foi discutido, na presença do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O Pronera já deveria estar implantado há muitos meses. O problema foi a falta de dinheiro: o Incra só obteve R\$ 3 milhões, suficientes apenas para iniciar o trabalho no interior do Ceará. ■